

## I ENCONTRO EUROPEU SOBRE TERAPIAS COMPORTAMENTAIS-COGNITIVAS

A história da moderna psicologia científica, embora não sendo muito longa, como se sabe, é já fértil em peripécias. Uma das correntes que partilham o campo da psicologia é inquestionavelmente o behaviorismo. O modelo teórico do behaviorismo esboça-se com os famosos trabalhos de Pavlov sobre o condicionamento clássico (1905) e enriquece-se definitivamente com a obra de Skinner e o desenvolvimento do condicionamento operante (1938).

Pouco a pouco, na base destas teorias da aprendizagem, abrem-se perspectivas novas à intervenção psicológica. A partir dos anos 60, o modelo psicanalítico deixa pouco a pouco de ser o principal modelo de intervenção psicológica nos países anglo-saxónicos. A intervenção psicológica de tipo behaviorista faz os seus primeiros passos com a dessensibilização sistemática (J. Wolpe) baseada na teoria do condicionamento clássico e estabelece-se em força com a abordagem operante.

Mais perto de nós, o campo das terapias behavioristas começa a alargar-se e a abrir-se a novas dimensões ignoradas pelas primeiras teorias da aprendizagem e das teorias baseadas nesses modelos: é a abertura à dimensão social, com a «aprendizagem das competências sociais», e na última década, a introdução e o relevo dado à dimensão cognitiva.

É no quadro do desenvolvimento actual do interesse pela reestruturação cognitiva na modificação do comportamento que se inscreve o *First European Meeting On Cognitive-Behavioral Therapies*. Esta realização, apoiada pelo INIC, teve como organizadores principais o Professor Joyce Moniz da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e o Professor Fergus Lowe da Universidade de North-Wales, tendo tido lugar em Lisboa de 9 a 11 de Setembro de 1981.

As terapias cognitivo-comportamentais propõem-se como objectivo a reestruturação dos sistemas pessoais de crenças, atribuições, conceitos, interpretações, auto-reforços, isto é a reestruturação daquilo a que às vezes se tem chamado o «diálogo interno». Vários tipos de técnicas são usadas para este efeito: a auto-avaliação, o auto-controlo, a auto-instrução, etc.

O encontro teve como objectivo central a abordagem e a discussão, largamente conseguida e em profundidade — principal êxito deste encontro — de numerosas questões relativas ou à especificidade de certas áreas de intervenção (depressão, ansiedade social e asserção, alcoolismo...) ou às diversas modalidades teórico-técnicas de intervenção (rational-emotive therapy, problem solving strategies...) ou ainda questões de interesse global como: perspectivas epistemológicas, abordagem cognitiva das questões de avaliação do comportamento, perspectivas de tratamento...

Para além do intercâmbio em torno destas questões, o congresso entreabriu também interessantes perspectivas futuras uma vez que, no final do encontro, foi constituído um grupo — International Group of Interest on Learning and Knowledge — que foi encarregado de elaborar os estatutos de uma futura associação e de definir os critérios de formação e de prática na especialidade de psicoterapia comportamental-cognitiva, grupo de que faz parte, pela parte portuguesa, o Prof. Joyce Moniz.

Grande parte das comunicações apresentadas no encontro será publicada em livro pela Plenum Press (N. Y.), com o título de «Theoretical Issues In Cognitive-Behavioral Therapies» (verão 82), organizado por Peter Higson, Fergus Lowe e Joyce Moniz.

*Brigitte Detry Cardoso e Cunha*

## OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DIREITO EM FRANÇA

Realizou-se nos dias 2, 3 e 4 de Outubro do ano de 1981 em Goutelas-en-Forez o 3.º Encontro da «Association Critique du Droit» que, de há alguns anos a esta parte, tem vindo a polarizar em França a discussão sobre a situação do direito e os seus desenvolvimentos recentes, bem como a formação de possíveis alternativas.

Propunha-se nesse encontro discutir questões ligadas à especificidade do papel desempenhado pelo direito na socie-

dade capitalista, passando tal problema, no estado em que se encontra, pela identificação das suas características em outros tipos de formações sociais, passadas ou contemporâneas.

Assim, a questão mais geral que se pretendia analisar e que foi designada como *juridicidade* consistia em:

- a) Saber o que é e aquilo que constitui afinal o *direito*: saber se há uma fronteira definida entre direito e não direito; se são possíveis sociedades sem direito; qual a relação entre normas jurídicas e sistema ideológico geral; qual a relação entre costume e direito.
- b) Ver qual a contribuição que o *marxismo* nos seus textos clássicos pode dar para a análise do direito nas formações sociais contemporâneas.
- c) Analisar a profunda *transformação* que o direito tem vindo a sofrer na sua forma tradicional, designadamente a ultrapassagem que a norma abstracta e geral sofre por parte de um decisionismo em alguns ramos específicos (o recuo da norma no quadro do direito contemporâneo).
- d) Aclarar o impacto que tais transformações emprestam ao direito enquanto forma de dominação, bem como à violência e coerção que também o constituem.
- e) Analisar, por fim, o papel da *luta pelos direitos* na luta política que se tem desenvolvido nos últimos anos no Ocidente da Europa.

Inserida neste quadro, a comunicação de Gérard Farjat («Sociedades sem direito? A lição do Extremo-Oriente») teve como cerne as referências à batalha entre confucionistas (recusa da norma abstracta e defesa dos ritos e do sistema educativo global) e legistas (sistema jurídico como sistema libertador, defesa da norma abstracta e introdução do direito subjectivo) entre os séculos III A. C. e II D. C., relativamente ao conceito de norma e de processo. Jacques Poumarede («O costume contra o direito na sociedade feudal»), partindo da diferença entre os conceitos de direito e de costume acaba por diluir tal oposição através da introdução da noção de sistema jurídico diversificado (pluralismo jurídico, se quisermos) no quadro do qual várias instâncias se poderiam sobrepor, umas mais ligadas ao poder — o direito — outras menos — o costume. Michel Miaille («Especificidade da forma jurídica burguesa») acentuou que as regras jurídicas são algo diferentes

da forma jurídica, que esta é a forma dominante das relações sociais na sociedade burguesa e a sua articulação se torna complexa (as regras podem existir sem consonância com as relações sociais), que, para definir o conteúdo da especificidade da forma jurídica burguesa, há que ter em conta o facto de ela se caracterizar pela sua capacidade de mediação e integração das contradições, de funcionar sobre vários registos e de o direito surgir como ambíguo. Philippe Dujardin («Crítica da mediação mercantil e mediação jurídica em Marx») partiu de um fragmento de Marx dos *Manuscritos de 1844* sobre a função do dinheiro para concluir que a mediação jurídica é simultaneamente abolidora e restauradora da sujeição das pessoas. Já A. Jeammaud («Uma interrogação sobre a forma do direito: o recuo da norma no direito francês contemporâneo») versou o problema de que, quanto mais o direito engloba, mais necessita de ser preciso e, portanto, da emergência do decisionismo (dos juízes, e no âmbito do sector nacionalizado e do direito comercial). Elie Alfarandi («As práticas unilaterais como fonte de direito») analisou as práticas unilaterais e o seu processo de conversão em fonte de direito através de mediadores, de contratos ou de execuções espontâneas, enquanto sublegalidade que, por vezes, chega a ser reconhecida pelo estado. Finalmente, apresentaram as suas comunicações Sheldon Leader («As reivindicações de direitos nas lutas políticas da Inglaterra de hoje»), Paul Robertshaw («Sobre a teoria do processo criminal na Grã-Bretanha») e André-Jean Arnaud («A juridicidade como signo potencial de uma neurose obsessiva»).

A sessão final apresentou o balanço da actividade da Associação (pelo seu presidente J. J. Gleizal) e proporcionou um debate sobre as perspectivas futuras: orientação do movimento à luz da experiência adquirida e na nova conjuntura francesa, problemas relativos às publicações (Colecção «Critique du Droit» e a revista «Procès»), colaboração com juristas críticos de diversos países e a base social destinatária do trabalho da Associação.

Posto isto, podemos finalmente concluir que as questões abordadas pelos práticos e professores de direito ali presentes põem efectivamente em causa, não só todo o tipo de ensino tradicionalmente ministrado pelas faculdades de direito, mas também, e mais importante, a «ciência» jurídica construída pelos próprios juristas: tudo isso significa que a dogmática jurídica enquanto tal não pode responder a certo tipo de perguntas que se lhe põem, na medida em que versem um objecto

mais vasto do que aquele que se propõe — o papel do direito, as relações entre o direito e a sociedade em que se insere.

Para quando uma Associação Crítica do Direito em Portugal?

*Fernando Ruivo*

*Maria Manuel Leitão Marques*

### A FORMAÇÃO DE PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

Promovido pelo Gabinete de Investigações Sociais (GIS) decorreu nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, entre os dias 2 e 5 do passado mês de Dezembro, o Colóquio «A Formação de Portugal Contemporâneo (1900-1980)».

O facto é de assinalar, antes de mais, como sintoma de como as ciências sociais vão ocupando o seu lugar próprio na comunidade científica portuguesa. Efectivamente, mercê do ostracismo a que estiveram votadas, que se diria total não fora uma ou outra iniciativa, as ciências sociais só agora começam a revelar uma vitalidade e uma capacidade prenunciadoras de que pouco a pouco a realidade sociológica nacional se vai confiando ao conhecimento. Na sequência de outras manifestações (os colóquios sobre «O Século XIX em Portugal» e o «Movimento Operário Português» do GIS, sobre «O Fascismo em Portugal», da FLUCL e sobre «A Pequena Agricultura em Portugal» da FEUC), surge agora este encontro sobre a formação do Portugal contemporâneo, afirmando-se como mais um marco importante para o processo de desenvolvimento e consolidação das ciências sociais em Portugal.

Realização cultural e científica da maior relevância, mobilizando mais de duas centenas de participantes, o colóquio organizou os seus trabalhos em 10 secções: Forças Sociais e Ideologias; Estruturas e Políticas Económicas; Estado e as Estruturas Jurídico-Políticas; Igreja e Forças Armadas; Questões Rurais e Camponesas; Questões Urbanas; Escola e Movimentos Estudantis; Emigração; Cultura e Vida Quotidiana e Colónias e Descolonização. Está patente, neste vasto leque de temáticas, pelas quais se distribuíram as cerca de 80 comunicações apresentadas, a preocupação dos organizadores em contribuir com este encontro para uma compreensão globalizante da realidade portuguesa. Com este objectivo se reuniram durante quatro dias cientistas sociais e investigadores, nacionais na sua grande maioria, oriundos das mais variadas áreas disciplinares.

Não tendo as comunicações sido distribuídas, torna-se difícil avaliar de imediato em toda a sua extensão o contributo deste colóquio. Alguns aspectos gostaríamos, contudo, de realçar desde já. Pareceu-nos significativa, enquanto consequência das assimetrias que presidiram ao desenvolvimento das ciências sociais em Portugal, a desigual distribuição de comunicações pelas diferentes secções: quase metade das comunicações concentrou-se nas três primeiras; nas restantes secções, com excepção da dedicada às questões rurais e camponesas, o número de comunicações foi bastante mais reduzido. A justificação para esta distribuição parece residir no facto de existir já em Portugal uma rica tradição no tratamento destas questões, que conheceram condições mais favoráveis à análise e investigação do que outras hoje ainda mais «pobres». Importa realmente que cada vez mais essas condições vão sendo criadas no sentido de um avanço equilibrado das ciências sociais. Estímulo importante para este avanço é, certamente, a institucionalização do GIS, anunciada aquando da realização deste encontro.

A salientar também o escasso número de trabalhos sobre o Portugal post-25 de Abril e o facto de a questão do colonialismo não ter merecido a atenção que lhe é devida, já que, na nossa opinião, a compreensão do que foi o colonialismo português é fundamental para o entendimento da nossa formação social e que a história colonial transporta mistificações de factos cruciais.

Positiva foi a preocupação revelada pela maioria dos investigadores presentes de se orientarem para o tratamento empírico da realidade, procurando nomeadamente a adaptação das categorias analíticas, geralmente produzidas em sociedades bastante distintas, às nossas especificidades, pese embora o facto de, aqui e ali, esse tratamento não surgir enquadrado por marcos teóricos explícitos.

Há que aguardar a publicação das comunicações na revista *Análise Social*, para que o efeito multiplicador, em termos do conhecimento da nossa realidade social, possa efectivamente gerar-se e produzir resultados palpáveis.

Nunca é demais salientar a utilidade de encontros como este, que nos vão fornecendo uma ideia dos esforços de investigação que se vão desenvolvendo no âmbito das ciências sociais, e que, além do mais, constituem um lugar privilegiado para a troca directa de experiências. A terminar, não queríamos deixar de referir como este colóquio nos pareceu prenun-

ciador da maturidade que a ciência social vai atingindo, dada a constantemente referida necessidade de incentivar estudos interdisciplinares que conduzam a uma reflexão global e articulada da realidade portuguesa.

*Virgínia Ferreira*

### III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS ANGLO-AMERICANOS

Decorreu no Porto, de 26 a 28 de Fevereiro, o III Encontro da APEAA, subordinado ao tema: «Ficção Narrativa: Discurso Crítico e Discurso Literário», reunindo cerca de cinquenta participantes de todas as Faculdades de Letras do País.

O Presidente da Associação de Anglistas da R.F.A., Prof. Willi Erzgräber, proferiu a conferência inaugural, «The Moment of Vision in the Modern English Novel». A ele se foram seguindo outros participantes, representando as três universidades clássicas, Lisboa, Porto e Coimbra, com trabalhos que se estenderam por várias áreas de interesse, do romance inglês ao americano, da «short story» à «anti-story», da ficção científica à não-ficção, da autobiografia à «ficção crítica».

Considerando as virtualidades do tema geral do encontro, não posso deixar de destacar aqueles que, de forma mais estimulante o analisaram e questionaram, falando: dos propósitos ideológicos da subversão da forma («*Shamela* e o Discurso da Paródia», João Duarte, FLUL), do trajecto autofágico da linguagem de ficção («*Samuel Beckett e John Barth: Percursos da Linguagem em Dois Contos*», Helena Serôdio, Leonor Telles, FLUL), do espaço como metáfora do determinismo cultural e ideológico na escrita de mulheres («*Mulheres, Lugares e Caminhos: O espaço no universo simbólico da escrita de mulheres*», Graça Abranches, FLUC), do conflito assumido, mas não resolvido entre história/ficção, verdade/mentira na escrita autobiográfica («*A Autobiografia e o Seu Ensino*», Martin Kayman, Isabel Pedro, FLUC), e da questionação dos bordos e das margens, abalando saudavelmente conceitos e visões instituídos de ficção/não-ficção («*Non-Fiction Prose: George Orwell*», Jacinta Matos, Steve Wilson, FLUC), culminando com a própria interrogação sobre a natureza e o destino da literatura, quando a ficção invade a crítica e a crítica a ficção, misturando-se e confundindo-se e obrigando a um repensar de todo o fenómeno («*Da Crítica à Ficção*»:



Harold Bloom», Maria Irene Ramalho de Sousa Santos, FLUC).

Refiro ainda os trabalhos apresentados por Teresa Alves (FLUL) e Margarida Losa (FLUP) (respectivamente, «Nathanael West, Saul Bellow, John Hawkes e o Grotesco na Literatura Americana», e «The Family Dimension in *Women in Love*»).

O balanço final deste encontro deixou, penso que no geral, uma agradável consciência de se ter atingido já, globalmente, um nível desejável de diálogo intelectual, que se exprimiu no voto concreto de o alargar a outros interlocutores com a publicação, o mais brevemente possível, de todas as comunicações.

Estamos aptos, pois, a esperar, com entusiasmo, que o próximo encontro, em Coimbra, (Fevereiro de 83) — para o qual se propôs o tema: «Literatura e Cultura de Massas» — reafirme esta vitalidade agora manifestada pela Associação.

*Isabel Caldeira*

#### COLÓQUIO DE ESTUDOS AMERICANOS EM PARIS

Nos dias 25 e 26 de Março passado realizou-se em Paris, na *Maison des Sciences de l'Homme*, sob o patrocínio da Universidade de Paris VIII e daquela instituição, um colóquio de Estudos Americanos subordinado ao tema «Identidade Nacional, Miscegenação e Expressões Culturais: Uma Comparação entre os Estados Unidos e o Brasil». Foi o segundo de uma série de colóquios concebidos e organizados por Viola Sachs, a americanista de origem polaca que há alguns anos vem contribuindo, de uma forma bem definida, para o desenvolvimento dos Estudos Americanos em França.

Detentora de uma formação académica de interessante trajectória (incluindo uma licenciatura em Literatura Portuguesa e Brasileira, obtida no Brasil, e um doutoramento em Literatura Americana, com uma dissertação sobre Walt Whitman, obtido na Índia), Viola Sachs, autora de controversas interpretações mito-crítico-ocultistas da Literatura e Cultura Americanas, com especial destaque para Herman Melville e *Moby Dick*, é ainda notável pela sua defesa teórico-metodológica da pesquisa interdisciplinar comparada. Assim, também para Viola Sachs, a realidade norte-americana, que é o seu objecto de estudo privilegiado, só ganha sentido, ou ganha sentido mais profundo, quando estudado em con-



fronto com outras realidades. Aliás, a promessa de abertura a outros países deste fecundo princípio comparatista e interdisciplinar surgida logo no ano passado, no primeiro desta série de colóquios, cujas comunicações e conclusões acabam de ser publicadas em *Social Sciences Information*, vol. 21, n.º 1 (1982). Tratará-se então de um tema mais geral — «Identidade Nacional e Expressões Culturais: Uma Comparação entre os Estados Unidos e o Brasil» —, cuja análise contribuirá já decisivamente, nas palavras da própria Viola Sachs, relatora das conclusões, para abrir perspectivas aliantes de pesquisa comum, numa compreensão cada vez mais fértil das diferenças culturais entre os Estados Unidos e o Brasil.

Em Paris, em Março passado, estudiosos de aspectos diversos da realidade norte-americana (da Europa e dos Estados Unidos) e estudiosos (brasileiros) de diferentes aspectos da realidade brasileira, uns e outros, na maior parte dos casos, «puros» especialistas no seu campo respectivo, sentaram-se à volta de uma mesa para discutir a miscigenação e o racismo na cultura dos dois países, com base num feixe de teses, ideias ou meras sugestões, apresentadas pelos dois oradores principais do colóquio: o especialista de Literatura Americana Daniel Aaron (da Universidade de Harvard), que apresentou uma comunicação intitulada «'An Inky Curse': Some Reflections on the Theme of Miscegenation in the American Literary Imagination»; e o antropólogo brasileiro Renato Ortiz (da Universidade de Minas Gerais), que falou de «O Estado, a Identidade Nacional e a Cultura Popular no Brasil». Em ambos os casos se tratou de apresentar, embora a partir de pressupostos diferentes, as construções ideológicas da «resolução» do problema do racismo, predominante em cada um dos países. Ao longo dos debates que se seguiram — no desvendar ou reafirmar de algumas das mais ricas e sugestivas diferenças e semelhanças culturais entre as duas ex-colónias, sem que tenha sido esquecida a importância da influência dos Estados Unidos no Brasil em tempos recentes (nomeadamente em termos de um imperialismo cultural) — a conclusão óbvia ia-se desenhando na indelével fertilidade do método comparativo e interdisciplinar. Diga-se, a título de exemplo, que a distinção entre *direitos públicos* e *intimidade social*, avançada por Daniel Aaron para a compreensão da «ambiguidade» dos primeiros abolicionistas americanos (e de muitos intelectuais ainda hoje nos Estados Unidos), foi interessante ponto de reflexão sobre as tensões raciais mais subtis, detectáveis no seio mesmo do mito da multiplicidade harmónica, ou da variedade una, da identidade brasileira.

Para os estudantes portugueses de cultura(s), ou cientistas sociais no mais amplo sentido do termo, o exemplo destes colóquios da Universidade de Paris VIII deverá ser particularmente estimulante: no momento em que — graças à corajosa abertura científica do Núcleo de Ciências Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, responsável pela *Revista Crítica de Ciências Sociais* — a tão falada (e desgraçadamente tão mal entendida) interdisciplinaridade começa a esboçar a promessa de autênticos estudos comparados entre nós, esforços como o desta americanista em Paris não podem passar despercebidos no nosso país. Tanto mais que a formação lusófona de Viola Sachs e o seu consequente interesse por culturas de expressão portuguesa a tornam interlocutora privilegiada dos americanistas portugueses.

Pelo que diz estritamente respeito ao desenvolvimento em Portugal dos Estudos Americanos — por natureza e (impossibilidade de) definição a mais esquiva das «disciplinas» e a que mais beneficiará do contacto intercultural — seria insensato ignorar o trabalho importante que está a ser feito noutros países da Europa. A relação cultural e científica entre Portugal e os Estados Unidos passa necessariamente pelo que de mais ousado e inovador a Americanística europeia tem para nos oferecer. De resto, é por aí que passa também a relação dos Estados Unidos com eles próprios.

*Maria Irene Ramalho de Sousa Santos*